

BRASIL/ SURINAME

Críticas sobre a ingerência política de órgãos como o BIRD

por Maria Helena Tachinardi de Georgetown

O presidente José Sarney criticou a política dos organismos internacionais, entre eles o Banco Mundial (BIRD), ao dizer que estas instituições "cada vez mais criam condicionalidades que fazem com que os objetivos para os quais foram criadas se percam. A declaração foi feita nesta sexta-feira, em Paramaribo, capital do Suriname, momentos antes de sua partida para a República Corporativista da Guiana.

"Eles ficam em postura de auditores, de credores interessados e, ao mesmo tempo, são disseminadores de políticas", acrescentou, ao responder a uma pergunta deste jornal sobre a polémica com o BIRD em torno da questão elétrica no Brasil. Como se sabe, o BIRD considerou economicamente inviável a construção da usina nuclear Angra III, o que torna mais difícil a liberação do empréstimo de US\$ 500 milhões ao setor elétrico brasileiro.

Sarney tem reiterado que o Brasil paga mais ao banco do que recebe. Ele evitou, no entanto, responder se o governo declararia uma moratória caso demore a entrada desses recursos, condicionada à demonstração de que a central nuclear é viável, por considerar a questão pertinente a assuntos internos dos quais não costuma tratar em viagem.

O presidente da Norberto Odebrecht, Emílio Odebrecht, que acompanha Sarney aos dois países, também identificou uma posição discriminatória nas atitudes do BIRD. Citou, por exemplo, que o BIRD é mais favorável a financiar a hidrelétrica de Kabalebo, no Suriname, em detrimento da usina de Capanda, em Angola, aparentemente porque esse último país tem regime socialista. "Kabalebo", afirmou Odebrecht, "não é viável neste momento porque o projeto necessita de uma revisão para reduzir seus custos."

Em entrevista coletiva à imprensa, o presidente também criticou a posição de governos e de entidades internacionais sobre a questão da preservação da Amazônia. Essas pressões, salientou, vêm de países que têm mais explicações a dar do que a receber e identificou dois grandes projetos na Amazônia que contribuíram para a depredação do meio ambiente: o projeto Jari e a Fordlândia. Esta última, cujo início de implantação se deu na década de 40, no sul do Pará, imaginada por Henry Ford, visava à exploração da borracha.

Sarney confirmou que não irá ao encontro sobre ecologia, em Hala, na Holanda, no próximo dia 11. A iniciativa partiu dos primeiros-ministros da França, Holanda e Noruega e discutirá questões co-

mo destruição da camada de ozônio, detritos industriais e aquecimento da terra.

O chanceler Interino, Paulo Tarso Flecha de Lima, representará o Brasil e assinará os documentos finais do encontro se as suas conclusões não ferirem a soberania brasileira.

Flecha de Lima participará também da reunião do Tratado de Cooperação Amazônica, em Quito, nesta segunda-feira, quando será abordada a cooperação da região na preservação ambiental. O Brasil, assim como o Suriname, está preocupado com a poluição produzida nos países industrializados. Recentemente, uma empresa holandesa queria depositar detritos industriais no Suriname, mas o governo do presidente Ramsewak Shankar negou a permissão.

POLUIÇÃO

"Essa tendência se acentua na medida em que a legislação sobre meio ambiente nos países industrializados se torna cada vez mais severa e restritiva. Tal procedimento, além de inaceitável, é inconsistente com a atenção que esses países dedicam a outras questões ecológicas com que se deparam os países em desenvolvimento", diz o texto do comunicado conjunto assinado na sexta-feira pelos dois presidentes.

Além de firmar o "Programa de trabalho de Paramaribo", que especifica a cooperação técnica entre Brasil e Suriname, Sarney e Shankar expressaram preocupações semelhantes com a dívida externa e com o tráfico de drogas.

Sobre a dívida, o documento menciona que "os países da América Latina e do Caribe passaram de uma posição de receptores líquidos de recursos financeiros (da ordem de 4% de seus produtos nacionais brutos) para uma posição, a partir de 1982, de transferência para o exterior de proporções cada vez maiores de seus PNB (5% em 1988)".

A cooperação brasileira com o Suriname se dará em vários campos: agricultura, energia (estudos para a revisão do projeto da usina de Kabalebo), saúde e comércio. "O Brasil", afirmou Sarney, "se esforçará para que o Suriname possa aderir à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e, com isso, se beneficiar de redução nas tarifas alfandegárias.

O presidente também elogiou o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), criada em seu governo e vinculada ao Itamaraty. E disse que o País está prestando cooperação aos países menos desenvolvidos. Salientou que nas universidades e escolas brasileiras existem 15 mil estudantes estrangeiros